



## FEDERALISMO, REGIONALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DA INTEGRAÇÃO DO SÃO FRANCISCO

Juliana Nicoletti Ribeiro

### RESUMO

O artigo tenciona analisar como o regionalismo nordestino é delineador de um cenário reivindicatório particular da região Nordeste e de suas elites, por meio da abordagem da bibliografia tangencial ao tema, com ênfase na atuação dos representantes políticos e instituições públicas na formulação e execução do Projeto de Integração do São Francisco. Trata-se de problematizar o regionalismo nordestino como movimento político de base regional, considerando a autonomia das elites políticas na construção de pautas regionais.

**PALAVRAS – CHAVE:** regionalismo; políticas públicas; federalismo.

### RESUMO

El artículo pretende analizar cómo el regionalismo nordestino dibuja un escenario de reivindicación particular de la región Nordeste y de sus elites, por medio del abordaje de la bibliografía relacionada al tema, con énfasis en la actuación de los representantes políticos y instituciones públicas en la formulación y ejecución del Proyecto de Integración de San Francisco. Se versa sobre problematizar el regionalismo nordestino como movimiento político de origen regional, considerando la autonomía de las elites políticas en la construcción de pautas regionales.

**PALABRAS CLAVE:** regionalismo; políticas públicas; federalismo.

## Introdução

O Projeto de Integração do São Francisco manifesta a influência da água e das restrições ao seu acesso como condições que perpetuam o subdesenvolvimento econômico regional e também, primordialmente, dificultam a equidade social. Os objetivos do Projeto, mediante dados coletados em ministérios e instituições federais (CBHSF; CODEVASF; SUDENE; MI), é promover o desenvolvimento integrado dos municípios e estados que têm em seu território a Bacia Hidrográfica do São Francisco, principalmente no médio, sub-médio e baixo cursos do rio, a partir de iniciativas com atores locais e potencialização das políticas existentes. A consolidação de uma agenda política para a região Nordeste passa pela ampliação de políticas públicas para resolução da crise hídrica e integração territorial, com vistas ao desenvolvimento assentado nas capacidades locais. Algumas definições acerca do Projeto de Integração e suas pretensões, de acordo com atores e instituições políticas, merecem destaque. A Sudene e seu superintendente desde 2016, Marcelo Neves, são enfáticos quanto ao papel estratégico do Rio São Francisco para o desenvolvimento do Nordeste. A segurança hídrica, ao ser garantida pela Integração, constitui um fator atrativo para o estabelecimento de indústrias; os investimentos, portanto, oferecem a garantia de fomento ao desenvolvimento nos estados nordestinos. Contudo, a estrutura herdada pelo Projeto de Integração não assegura as condições necessárias para instalação de indústrias na região: a dinamização da economia ainda passa por investimentos e planejamento para o desenvolvimento tornar-se possibilidade concreta\*. De acordo com o Ministério da Integração Nacional, a Integração do São Francisco foi a alternativa encontrada mais consistente para enfrentar os problemas relacionados aos recursos hídricos na região. O empreendimento irá proporcionar a segurança hídrica em 390 municípios nos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, a partir de uma gestão estratégica dos recursos hídricos.

---

\* CBHSF e Sudene firmam parceria. Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco, Notícias, 22 mar. 2018. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/cbhsf-e-sudene-firmam-parceria/>> ; “ÁGUA é fundamental para tudo, inclusive para os negócios”. Sudene, Notícias, 10 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/noticias/63-regional/280-agua-e-fundamental-para-tudo-inclusive-para-os-negocios>>

Percebe-se que o desenvolvimento regional capitaneia os objetivos relacionados ao Projeto de Integração, objetivo esse que será alcançado devido à amenização dos efeitos da estiagem em decorrência da garantia de segurança hídrica. A região, portanto, seria espaço reativo aos estímulos e intervenções provenientes de outras escalas. Fernando Bezerra Coelho, senador pernambucano pelo PSB e titular do Ministério da Integração Nacional entre 2011 e 2013, aponta para o descaso do Governo Federal perante a situação emergencial que a seca causa no semiárido nordestino, sendo que caso a Integração fosse realizada no passado, o contexto econômico e social da região hoje seria diferente\*.

As contradições presentes no Projeto de Integração do Rio São Francisco podem ser melhor analisadas quando discutidas em comunhão com a conjuntura política na qual o empreendimento foi realizado. Para isso, torna-se necessário considerar as elites políticas e sua participação no Projeto, com vistas ao esclarecimento de seus objetivos.

A definição de uma agenda política regional emerge de demandas que historicamente acompanham o debate relativo a região, fundando-se a ‘questão Nordeste’ como problemática nacional, com a seca e a pobreza formando o nexo discursivo fundamentador do Projeto de Integração do São Francisco.

Pretende-se, portanto, analisar a atualidade do regionalismo nordestino como discurso e prática políticos ainda presentes na atuação das elites locais, que se manifesta tanto na institucionalização dos interesses de atores locais, materializados em órgãos públicos como a Sudene ou Codevasf, como também a perpetuação de uma forma problemática de regionalismo carregada de “qualificações totalizadoras e tipificações sociais” (WERLEN, 2000). A percepção essencialista de que as regiões, se colocadas sob condições ideais, desenvolvem-se espontaneamente, obscurece as estruturas e instituições locais que condicionaram os contextos regionais díspares situados tanto nacionalmente, como também globalmente.

---

\* De acordo com Fernando Bezerra, “[...] Se a transposição tivesse sido feita lá atrás, tantos nordestinos não teriam vivido na miséria, migrado, morrido. O Nordeste não seria hoje lembrado pela pobreza.” (WESTIN, Ricardo. Senado do Império estudou transposição do Rio São Francisco. *Senado Notícias*, 05 jun. 2017. Notícias. Arquivo S. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/senado-do-imperio-estudou-transposicao-do-rio-sao-francisco/senado-do-imperio-estudou-transposicao-do-rio-sao-francisco>>

## **Regionalismo nordestino e elites políticas**

Encontra-se intrínseco nos discursos direcionados por representantes políticos à região Nordeste uma forma de representação que delinea uma problemática local – a “questão Nordeste” – com a seca e a pobreza como os temas estruturantes de um cenário reivindicatório de recursos, enquanto mudanças nas relações sociais tornam-se coadjuvantes (CASTRO, 1992). O “problema nordestino”, então, transforma-se em questão nacional, sendo o regionalismo acionado como um movimento político de base regional, perpetuado pelas elites locais, para demandar recursos, promovendo a visibilidade da região em âmbito nacional. Diversas abordagens sobre a formação do regionalismo nordestino o apontam como movimento político reativo, estabelecido como estratégia perante a perda de influência política e econômica das elites locais.

Tornam-se naturalizadas representações de Nordeste como região deprimida e marginalizada, cooptada pelo Governo Federal para este fortalecer-se em troca de apoio para aprovar projetos: a União distribui recursos de forma desordenada e particularizada, fundando uma relação de cooptação entre o Poder Central e oligarquias regionais, ocorrendo a transformação dos constituintes em clientes (ABRUCIO, 1998, p.27), refletindo o “atraso” nordestino. Raymundo Faoro, por exemplo, em sua tradicional obra *Os Donos do Poder* (2001), indica que, devido a rara possibilidade de ação política vivenciada pelos estados não poderosos durante a República Velha, ocorre a subordinação de tais estados perante grupos dominantes, tornando-os dependentes das benesses da relação com os chefes dos Estados hegemônicos:

[...] ‘Para os indivíduos dos pequenos Estados,’ - depõe Gilberto Amado, representante de Sergipe - ‘toda possibilidade de ação política efetiva não lhes podia ser proporcionada senão vicariamente, supletivamente, através dos chefes destinados a prevalecer nos grandes Estados. De tal maneira se tornara isso evidente na República Velha, que o prestígio e a autoridade dos deputados e senadores do norte se graduavam pelo teor das suas relações conhecidas com estes chefes. [...]’ (FAORO, 2001, p. 658-9).

A prática política regionalista no Nordeste, portanto, teria suas raízes na cooptação, por parte do Poder Central, dos estados mais pobres para assegurar a

sua governabilidade, frente ao crescente poderio dos estados mais ricos, principalmente São Paulo e Minas Gerais, tendo como resultado a permanência de uma forma de se fazer política retrógrada, oligarquizada e conservadora nesses estados. Deste modo, são incentivadas as divergências regionais e perpetuadas as práticas clientelistas por parte do Governo Federal (Faoro, 2001; Abrucio, 1998).

Durante a Primeira República, Abrucio (1998) destaca a Política dos Governadores, formulada por Campos Sales, como uma medida que colocou os governadores dos estados como os atores políticos mais importantes da Federação, além de possibilitar o controle do Legislativo por eles. Ainda de acordo com o autor, as bancadas no Congresso transformaram-se em ‘retratos’ dos chefes políticos estaduais, sendo a função do presidente da República garantir a continuidade das oligarquias estaduais no Congresso Nacional por meio da verificação de poderes. No Norte e Nordeste, os efeitos da Política dos Governadores foi a predominância de grupos familiares únicos no comando dos estados. Portanto, foi selado um compromisso entre o Poder Público e os “coronéis”.

Para as elites estaduais, o controle sobre os distritos eleitorais era a principal vantagem para negociações com o Governo Federal (ABRUCIO, 1998). Durante a Ditadura Vargas, as vantagens relacionadas à ‘gestão’ dos votos pelos líderes políticos estaduais foram diluídas devido a centralização por parte do Governo Federal. Anterior ao Estado Novo, as bancadas do Norte, alinhadas com os tenentes, reivindicavam maior poder e intervenção por parte do Governo Federal.

No entanto, nessas abordagens são deixadas de lado possibilidades de estudo da região que considerem os representantes políticos locais e seu acionamento do regionalismo como movimento político. Para Arretche (2010), a garantia do “equilíbrio da representação das e nas jurisdições ricas e pobres foi um componente central do desenho das instituições políticas brasileiras”. A centralização da autoridade política, então, manifesta um arranjo que potencializa o nivelamento das disparidades socioeconômicas regionais interiores ao território nacional, sendo a proximidade de estados marginalizados com o Governo Central uma estratégia política particular adotada no federalismo brasileiro. Esta proximidade, portanto, muitas vezes representada como cooptação, traduz-se como

oportunismo das lideranças políticas locais, que objetivam direcionamento de recursos e políticas públicas para os seus redutos. Os diferentes contextos regionais que integram o território nacional fazem surgir também novas formas de relações sociais e representações políticas que excedem teorias gerais de hegemonia e subordinação. As teorias explicativas acerca do que viria a constituir a 'questão Nordeste', que buscam justificativa na predominância de um poder hegemônico estagnante do desenvolvimento regional, encontram impedimentos na distribuição tributária pelo território nacional, que demonstra a região Nordeste como beneficiária da centralização de recursos pela União (CASTRO, 1992). Outrossim, a permanência de atores políticos nos aparatos institucionais em diferentes escalas não anula a possibilidade de transformações nestas instituições.

A seca torna-se um fator que territorialmente delimita uma assimetria em relação ao restante do Estado-nação. Vale destacar a criação da Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS), que em 1919 tornou-se a Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS), sendo em 1945 chamada de Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS). Tal órgão regional é considerado a mais antiga instituição federal a atuar no Nordeste e sistematicamente estudar “a problemática do semiárido” (DNOCS, 2017). Chegou a ser considerada a maior “empreiteira” da América Latina, com a construção de “açudes, estradas, pontes, portos, ferrovias, hospitais e campos de pouso, implantou redes de energia elétrica e telegráficas, usinas hidrelétricas e foi, até a criação da SUDENE, o responsável único pelo socorro às populações flageladas pelas cíclicas secas que assolam a região” (DNOCS, 2017).

O *flagelo* da seca traz a oposição entre a Região Nordeste e o eixo São Paulo - Minas Gerais, tornando-se um dos alicerces do discurso de suas elites políticas e constituindo uma questão de caráter nacional. A diferenciação regional é circunscrita em uma fronteira natural, onde a identidade manifesta-se a partir do compartilhado infortúnio ambiental vivenciado pelos seus habitantes. A proximidade da elite nordestina com o Governo Federal surge a partir da desigualdade regional eminente no território brasileiro, sendo favorável a formulação de diferentes atuações políticas nos variados contextos e escalas decisórias. Na região Nordeste, o nexa entre seca

e miséria contribui para o acirramento de abordagens simplificadoras no que concerne à água, sendo a aridez abordada de forma deslocada das estruturas sociais vigentes. As abordagens institucionais acerca do semiárido nordestino acentuam ainda mais este elo instigador da atuação regionalista por parte das elites políticas locais.

As denúncias relativas ao desenvolvimento regional desigual e estratégias para retificá-lo ganham relevância para atores políticos, que formulam métodos para as regiões subdesenvolvidas alcançarem a sua contraparte desenvolvida; um exemplo é a criação de órgãos de fomento regional, como a Sudene, configurando a institucionalização dos interesses de suas lideranças, cuja aparência modelou-se historicamente a partir das “imagens de Nordeste”, como aponta Castro (1992).

A desigualdade territorial sinaliza uma maneira de manifestação da identidade, com a possibilidade de ser acionada como estratégia para representação nos espaços políticos. Agnew (2001) já pondera o uso de tais fatos socioeconômicos como alicerces para mobilização política, constituindo “premissas ideológicas”. Para a região, este processo de qualificação espacial é orientado pela sua própria origem histórica. Ao considerar-se as elites políticas e sua influência no regionalismo nordestino, é recorrente a noção de região Nordeste enquanto subdesenvolvida devido a barreiras físico-geográficas, como a aridez, aliadas ao descaso do Governo Central. Tal particularidade da prática regionalista no Nordeste gera entraves para sua compreensão, sendo um deles a extensão da influência das elites e instituições políticas formais no estabelecimento de um imaginário comum no que diz respeito à região, tornando-a, em parte, um constructo dos atores políticos locais. Desvincular o discurso da prática política desconsidera a potência da comunicação enquanto promotora de ideologias. As ideologias e os movimentos políticos funcionam como esquematizadores do mundo social e, não obstante, oferecem as bases para a solidariedade entre os agentes e “tornam possível o sentido do pertencimento” (INNERARITY, 2017, p.97). A possibilidade da ação política reside, precisamente, na “inexatidão” da linguagem, sendo nos embates ideológicos que a prática política é concretizada.

Para a compreensão dos percursos discursivos utilizados pelos representantes políticos dos estados envolvidos no Projeto de Integração do Rio São Francisco, a dimensão espacial faz-se fundamental devido, principalmente, à presença do regionalismo em suas falas. Castro (1992) já demonstra como a escala regional adquire crescente relevância no discurso das elites nordestinas, que pode ser vista como estratégia política, sendo aparente no Congresso Nacional, espaço de discussão e visibilidade. E é neste espaço onde, objetivamente, as ideologias predominantes são expostas pelos representantes eleitos. O discurso das elites nordestinas é fortemente sustentado pelo desequilíbrio econômico existente entre os estados constituintes da Federação, gerando assim uma identidade pela alteridade. A aridez já tornou-se, também, um fato inspirador da solidariedade local, delimitando espaços de urgência para intervenção.

Encaminhar uma outra forma de análise acerca do tema, que considere as possibilidades de ampliação dos direitos ao território e também as complexidades inerentes a um recorte espacial das proporções da região nordeste é de suma importância. O regionalismo é acionado na defesa de interesses específicos por um grupo regional. Por conseguinte, é um movimento político de base regional. Analisar a mobilização de atores regionais implica em uma análise da região como inevitavelmente política. Portanto, deve-se ter cautela para não ser desprezado o dinamismo das mudanças políticas e sociais que ocorrem no território, tornando-o estático e desprovido de ação política.

### **Representação política e regionalismo**

O Projeto de Integração do São Francisco porta em si a importância direcionada à água pelas elites políticas nordestinas e pela própria União, em decorrência da seca. A mobilização direcionada à execução de políticas públicas que intercedem nas questões relacionadas à seca e aos recursos hídricos demonstram, por um lado, elites políticas eficientes em sua negociação perante as escalas federativas, o que solapa a visão de desfavorecimento e de cooptação dos estados nordestinos, ao passo que garante uma posição de centralidade ao Governo Central, sendo esta posição favorecedora de coalizões com as elites regionais ou na

construção de um cenário de renovação conjuntural, que encaminha estratégias políticas e eleitorais. A grande publicidade encaminhada ao Projeto de Integração é embasada em discursos partidários que fundamentam, a partir do ideal de democratização hídrica, o término das disparidades regionais, sendo a obra comparada ao Bolsa Família pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva\*.

Depara-se, no caso do Projeto de Integração, com uma política pública que encaminha mecanismos mais redistributivos do que possibilidades de transformações sociais. Teorias explicativas gerais, como centro-periferia, ou as advindas de instituições como Cepal ou Sudene, formaram o eixo explicativo definidor das regiões desenvolvidas e da sua contraparte subdesenvolvida. No entanto, fazer-se encaixar todos os aspectos particulares de um recorte espacial da vastidão que a região Nordeste ou o semiárido nordestino apresentam constitui uma escolha política dos representantes locais que segmenta a região de suas contradições, contextos e atores.

São formuladas, portanto, políticas regionais com caráter eminentemente redistributivo, que visam gerar coesão territorial mas falham em integrar a comunidade local. Os conflitos e relações de poder são excluídos da elaboração das políticas regionais, e essa tentativa de redistribuição de recursos, que no caso da Integração são recursos hídricos, dispõe da concepção na qual se as bases territoriais para o estabelecimento de indústrias e outras atividades econômicas forem viabilizadas, a região encaminhará seu processo de desenvolvimento autonomamente.

O discurso apoiado na seca e miséria como definidores de uma identidade regional, com reivindicações fortemente influenciadas por tais temas, esforçam-se no sentido de conferir particularidade à região e esculpir uma alteridade em relação ao restante das regiões do Brasil, mas retiram sujeitos e motivações concretas do seu ideário. A coesão regional é mantida por objetivos compartilhados mais do que por afinidade identitária. Os vínculos territoriais tangenciais à 'questão Nordeste', como relações de trabalho e propriedade rural, são coadjuvantes à aridez e à

---

\* DIANTE de multidão, Lula 'reinaugura' transposição do São Francisco. *Carta Capital*, Sertão da Paraíba, 19 mar. 2017. Política. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/diante-de-multidao-lula-reinaugura-transposicao-do-sao-francisco>>

pobreza – sendo a pobreza uma consequência inexorável da aridez. A opção por tornar esses dois temas como primordiais demonstra uma escolha política e um projeto para a região, fazendo da seca e miséria um nexos irrevogável ao Nordeste e aos Nordestinos.

O federalismo brasileiro é atravessado por desigualdades territoriais, e na análise de políticas públicas e de um empreendimento como a Integração do São Francisco, tais desigualdades, assim como a relação entre a União e os governos subnacionais, devem ser consideradas. A União exerce papel regulatório em relação à alocação de gastos, além da formulação e execução de políticas públicas, inferindo na autonomia das escalas subnacionais. A Constituição de 1988 inaugurou um período de descentralização e democratização política no Brasil. Com o desmantelamento do regime autoritário vigente desde 1964, as escalas subnacionais adquirem maior influência decisória e novas atribuições federativas. No que tange aos recursos hídricos e sua gestão, a fundação dos Comitês de Bacia Hidrográfica intensifica a influência da escala local na gestão e distribuição de água. A realização do Projeto de Integração do São Francisco compreende, para além da prática regionalista das elites políticas locais, a definição de uma agenda de acordo com a orientação política e econômica dos representantes dos estados envolvidos no empreendimento.

Castro (1992), ao estudar as elites políticas nordestinas, demonstra que a atuação dos deputados federais torna-se mais “regionalista” do que “estadualista” - em uma análise que abrange o período de 1946 a 1987 - fazendo do Congresso espaço de visibilidade para questões e demandas territorialmente delimitadas. Contudo, após 1988, permanece relevante a adoção de uma performance regionalista por parte dos representantes políticos?

Autores como Abrucio (1998) apontam para a predominância da prática política estadualista, ou regionalista, fazendo das Casas Legislativas “loci naturais onde interesses regionais, em maior ou menor grau, podem se expressar”, além da predominância estadualista ser observada devido à forma como as eleições ocorrem, que “vincula os interesses dos congressistas aos das autoridades estaduais, especialmente aos dos governadores”, sendo capazes de formar suas

próprias bancadas no Congresso, as “bancadas dos governadores”. Pela proximidade com os governos estaduais, a representação dos deputados no Congresso Nacional deveria, então, estar comprometida com interesses locais. No entanto, Cheibub, Figueiredo e Limongi. (2009) demonstram que os partidos políticos exercem tanta influência quanto os governos estaduais na atuação individual dos legisladores, constatando que há um comportamento partidário no Congresso Nacional. Não obstante, o presidencialismo de coalizão efetivo no Brasil faz com que sejam fundadas alianças que intencionam satisfazer tanto interesses regionais, como dos partidos políticos (AMES, 1995) – formando coalizões de poder.

O Executivo Federal – como detentor de atribuições primordiais no estabelecimento dessas coalizões – exerce controle sobre a agenda legislativa e, concomitantemente, precisa dessas coalizões para a manutenção da governabilidade. O Congresso Nacional é a mais importante arena institucional decisória; porém, a influência dos estados é limitada pelas coalizões de poder, sendo que o poderio de bancadas regionais ou atores locais e a autonomia dos governos subnacionais não são determinantes, isoladamente, do comportamento adotado pelos deputados. A União é detentora de autoridade legislativa, desta forma, legisla sobre assuntos de interesse subnacional. De acordo com Arretche (2013, p. 55), “caso matérias de interesse subnacional fossem de legislação privativa dos estados, as assembleias legislativas estaduais seriam a arena decisória mais relevante”. Entretanto, no federalismo brasileiro, não há arenas de veto além do Congresso Nacional, sendo a governabilidade e a própria execução de políticas públicas vinculadas à relação entre o Governo Federal e os legisladores. A delimitação de uma agenda política para o Nordeste, por conseguinte, perpassa a escala federal e as conjunturas decorrentes dos temas considerados relevantes por quem – e, também, por qual partido – ocupa o cargo presidencial.

Segundo Magdaleno (2011), a representação política é caracterizada por três tipos básicos de atores: os representados, os partidos políticos e os representantes. O território, neste mecanismo de representação democrática, exerce “o papel de agente estruturador da ação do representante político, por meio de forças que fazem parte dos jogos partidário, eleitoral e socioespacial” (MAGDALENO, 2011, p.3). A

influência socioespacial na atuação do representante – de acordo com o autor – está relacionada tanto à sua origem geográfica, como também às características socioeconômicas dos territórios que formam as suas bases políticas.

Para a análise do Projeto de Integração do São Francisco – política pública com viés eminentemente territorial – a região Nordeste e a sua apropriação pelos representantes políticos dos estados envolvidos no empreendimento – e também pelo Executivo Federal – é peça fundamental pois resulta, em parte, do conjugado de fatores que atravessam o federalismo no Brasil. A região, ao lado dos partidos e coalizões políticas, é estruturadora nos processos de formulação e execução de políticas públicas.

A perpetuação de um discurso regionalista pelas elites locais aponta para a conveniência dos temas recorrentes em referido discurso, como a seca, para representação e negociação em arenas políticas. Contraditoriamente, esses temas não promovem maior coesão social e organização estrutural para potencialização do acesso e representação das comunidades nos processos decisórios. A mobilização desses temas torna-se tendenciosa, justamente, a partir do momento em que as realidades regionais são apropriadas para fins particulares – sejam eles econômicos, políticos ou partidários – e distanciadas das comunidades locais.

### **Considerações finais**

Por fim, pretendeu-se demonstrar uma possibilidade analítica para problematizar o Projeto de Integração do São Francisco e a relevância do acionamento do regionalismo por representantes políticos no federalismo brasileiro.

Buscou-se também, justamente, recuperar a dimensão territorial que motiva a realização de políticas públicas, e a influência dos divergentes contextos socioespaciais na atuação dos representantes políticos.

### **Referências bibliográficas**

ABRUCIO, Fernando Luís. Os Barões da Federação: Os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1998.

AGNEW, John. Regions in Revolt. Progress in Human Geography, Los Angeles, v. 25, n.1, p. 103-110, 2001.

“ÁGUA é fundamental para tudo, inclusive para os negócios”. Sudene, Notícias, 10 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/noticias/63-regional/280-agua-e-fundamental-para-tudo-inclusive-para-os-negocios>>.

AMES, Barry. Electoral strategy under open-list proportional representation. *American Journal of Political Science*, p. 406-433, 1995.

ARRETCHE, Marta. Quando instituições federativas fortalecem o governo central?. *Novos Estudos - CEBRAP*, n. 95, p. 39-57, 2013.

\_\_\_\_\_. Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos?. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 53, n. 3, p. 587-620, 2010.

CASTRO, Iná Elias de. *O Mito da Necessidade: Discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1992.

CBHSF e Sudene firmam parceria. Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco, Notícias, 22 mar. 2018. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/cbhsf-e-sudene-firmam-parceria/>>

CHEIBUB, José Antonio; FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos e governadores como determinantes do comportamento legislativo na câmara dos deputados, 1988-2006. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 52, n. 2, p. 263-299, 2009.

DIANTE de multidão, Lula 'reinaugura' transposição do São Francisco. *Carta Capital*, Sertão da Paraíba, 19 mar. 2017. Política. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/diante-de-multidao-lula-reinaugura-transposicao-do-sao-francisco>>.

FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 3ª edição, 2001.

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *Novos estudos - CEBRAP*, n. 76, p. 17-41, 2006.

MAGDALENO, Fabiano Soares. Representação política a partir do território: uma proposta analítica. *Revista Geográfica de América Central*, p. 1-16, 2011.

WERLEN, Benno. Regionalismo e Sociedade Política. *Regionalismo e sociedade política*. *Geographia*, v. 2, n. 4, p. 7-25, 2000.

WESTIN, Ricardo. Senado do Império estudou transposição do Rio São Francisco. *Senado Notícias*, 05 jun. 2017. Notícias. Arquivo S. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/senado-do-imperio-estudou-transposicao-do-rio-sao-francisco/senado-do-imperio-estudou-transposicao-do-rio-sao-francisco>>